

FORMAÇÃO DOCENTE E DO PEDAGOGO: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPB – CAMPUS I

Dayana Ferreira de Souza Fernandes¹

Lenilda Cordeiro de Macêdo²

INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do curso de Licenciatura em Pedagogia no Brasil é marcada por profundas transformações políticas, legislativas e curriculares, reveladoras de tensões permanentes em torno da identidade do pedagogo e de seu campo de atuação profissional. Desde os primeiros modelos de instrução pública — quando a Lei das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, impunha aos professores que custeassem sua própria formação — até a criação do primeiro curso superior de Pedagogia pelo Decreto-lei nº 1.190/1939, a fragilidade identitária do curso acompanha sua própria origem histórica (Saviani, 2020). Esta pesquisa problematiza se o curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus I prepara adequadamente seus egressos para atuarem não apenas como docentes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mas também em outros espaços educativos, considerando que a docência constitui a base legal do curso.

O objetivo geral é analisar o curso de Pedagogia da UEPB – Campus I, por meio de seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), investigando as mudanças curriculares e as possibilidades de formação para contextos escolares e não escolares. Os objetivos específicos compreendem: analisar a trajetória histórica do curso no Brasil; investigar a formação do pedagogo na UEPB – Campus I; e examinar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, da Resolução CNE/CP nº 1/2006 à Resolução CNE/CP nº 4/2024.

REFERENCIAL TEÓRICO

O debate sobre a identidade da Pedagogia como ciência, curso e profissão constitui o núcleo teórico desta pesquisa. Para Saviani (2020), a Pedagogia é uma ciência da práxis educativa, cujas raízes no Brasil remontam à chegada dos jesuítas em 1549. Libâneo e Pimenta (1999) defendem que reduzir o curso de Pedagogia exclusivamente à formação docente

¹Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus I, Campina Grande-PB. E-mail: [e-mail da autora].

²Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus I. Docente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP/UEPB). E-mail: [e-mail da coautora].



representa uma concepção simplista, pois a Pedagogia é, antes de tudo, um campo de conhecimentos voltado ao estudo e à reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo em sua amplitude social (Libâneo, 2002).

Severo (2018) afirma que a Educação Não Escolar (ENE) é uma categoria legítima da Pedagogia, reunindo práticas formativas emergentes que transcendem os limites da escola, como as desenvolvidas em contextos hospitalares, jurídicos, empresariais e em organizações não governamentais. Pimenta, Pinto e Severo (2022) constataam que os saberes necessários para a atuação dos pedagogos nesses campos raramente são contemplados nos PPCs dos cursos de Pedagogia no Brasil, revelando a tensão estrutural entre a concepção da Pedagogia como base da formação docente — sustentada pela ANFOPE — e a concepção da Pedagogia como ciência da educação que inclui e ultrapassa a docência, defendida pela Rede Nacional de Pesquisa em Pedagogia (REPPED).

MÉTODO

A pesquisa adota abordagem qualitativa, operacionalizada por meio de análise documental e revisão bibliográfica. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivações, crenças e valores, adequada à compreensão de aspectos históricos e formativos de natureza complexa. As fontes documentais analisadas foram os PPCs do curso de Pedagogia da UEPB – Campus I de 1999/2001, 2007/2008 e 2016, além de memorandos institucionais, pareceres e resoluções do CNE, a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996. A análise bibliográfica fundamentou-se em Saviani (2020; 2021), Libâneo e Pimenta (1999), Severo (2018) e Pimenta, Pinto e Severo (2022).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A origem e os primeiros desafios do curso de Pedagogia no Brasil

O primeiro curso superior de Pedagogia foi criado pelo Decreto-lei nº 1.190/1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ), estruturado no modelo "3+1": três anos de bacharelado e um ano adicional de Didática para a licenciatura. Saviani (2021) aponta que essa estrutura revelou de imediato a fragilidade identitária do curso, ao excluir a Didática do bacharelado e restringir o licenciado ao magistério nas Escolas Normais sem mercado de trabalho definido. O Parecer CFE nº 251/1962 eliminou o esquema "3+1", integrando bacharelado e licenciatura em quatro anos. As reformas da Ditadura Militar — a Lei



nº 5.540/68 e o Parecer CFE nº 252/1969 — aprofundaram o caráter tecnicista do curso, fragmentando a formação do pedagogo em habilitações específicas (Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional) em detrimento da formação crítica e reflexiva, consolidando, conforme Libâneo (2007), a separação entre teoria e prática e entre o pedagogo e o especialista.

O curso de Pedagogia na UEPB – Campus I: criação e transformações curriculares

O curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPB originou-se da Faculdade de Filosofia, com funcionamento iniciado em 1969, autorizado pela Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 36/71, em conformidade com o Parecer CFE nº 252/1969. O curso organizava-se em habilitações específicas — Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar. Após seminários internos de revisão curricular nos anos de 1992 e 1993, o PPC de 1999 formalizou o curso com 3.020 horas em regime anual, mantendo as habilitações em Educação Infantil, Supervisão Educacional e Orientação Educacional. O PPC de 2001 incorporou componentes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Rural, Gestão Educacional, Informática e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, ampliando o horizonte formativo sem extinguir as habilitações.

A grande ruptura curricular ocorreu com o processo de reformulação iniciado em 2005 e efetivado em 2007/2008, formalizado pela Resolução/UEPB/CONSEPE/003/2009, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006. As habilitações foram extintas, o regime anual foi substituído pelo sistema seriado semestral (oito semestres mínimos no turno diurno e dez no noturno), e novos componentes foram incorporados: Educação Especial (I e II), LIBRAS, Trabalho e Educação, Educação, Meio Ambiente e Escolarização. A carga horária passou a ser de 3.360 horas.

O PPC vigente, de 2016, consolidou essa estrutura semestral e aprofundou a ênfase na Educação Infantil, organizando os componentes em cinco grupos: Núcleo Básico Comum, Básico Específico, Básico de Estágio, Básico de TCC e Complementares Eletivos. Os estágios supervisionados passaram a contemplar Gestão Educacional (I e II), Educação Infantil (III) e Ensino Fundamental (IV e V), totalizando 400 horas — redução de 200 horas em relação às 600 previstas no PPC de 1999. Dos 28 componentes do Núcleo Básico Específico, apenas a disciplina Educação Especial I apresenta ementa que possibilita atuação em contexto não escolar. Dos 33 componentes eletivos, somente alguns — como Pedagogia: Curso e Profissão, dedicado à tridimensionalidade da Pedagogia (campo científico, docência e profissão) —



oferecem conhecimentos para a ENE. Nenhum dos cinco estágios é destinado ao campo não escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais e seus impactos na formação do pedagogo

A Resolução CNE/CP nº 1/2006 representa avanço ao reconhecer, em seu Art. 4º, parágrafo único, que as atividades docentes abrangem o "planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares" (Brasil, 2006). Todavia, a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais permanece como eixo central do curso, limitando, na prática, a incorporação efetiva da ENE na matriz curricular. A Resolução CNE/CP nº 2/2015 reforçou a formação sólida, articulando dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas. Em sentido contrário, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 — posteriormente revogada — representou retrocesso ao subordinar a formação docente à lógica da BNCC, esvaziando os fundamentos críticos do curso. A Resolução CNE/CP nº 4/2024 mantém essa orientação neoliberal, sendo criticada pelo GEPEFE/FEUSP (2024) por reduzir a Pedagogia a uma técnica de ensino, desconsiderando sua natureza como ciência da práxis pedagógica.

CONCLUSÕES

O estudo evidencia que o curso de Pedagogia da UEPB – Campus I percorreu significativas transformações curriculares. As mudanças de 2001, 2007/2008 e 2016 representam avanços na organização do curso — na extinção das habilitações fragmentadoras, no aprofundamento da Educação Infantil e na incorporação de novos componentes. Contudo, persiste uma lacuna estrutural: a formação para a Educação Não Escolar permanece marginalizada no currículo, restrita a poucos componentes eletivos e ausente dos cinco estágios supervisionados, contrariando o próprio Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNE/CP nº 1/2006.

A crise identitária que acompanha o curso desde 1939 não se resolveu com as reformas curriculares. A disputa entre a Pedagogia como base da formação docente e a Pedagogia como ciência da educação — que inclui e ultrapassa a docência — continua impactando PPCs e diretrizes nacionais, como evidenciam as contestações à Resolução nº 4/2024. Uma formação mais abrangente e crítica exige revisões curriculares que contemplem a ENE com estágios específicos, fortalecendo a identidade do pedagogo em toda a sua tridimensionalidade: como cientista da educação, como docente e como profissional da Pedagogia.



Palavras-chave: Formação docente; Curso de Pedagogia; Currículo; Educação não escolar; UEPB.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Organiza a Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 252/1969. Emitido em conformidade com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC/CNE, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília: MEC/CNE, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2024.

GEPEFE/FEUSP – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES. **Carta aberta acerca da Resolução do CNE nº 04/2024.** São Paulo: FEUSP, 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia em questão: entrevista com José Carlos Libâneo. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 11-33, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 68, p. 239-277, dez. 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido; PINTO, Umberto de Andrade; SEVERO, José Leonardo Rolim de



Lima. Panorama da pedagogia no Brasil: ciência, curso e profissão. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e38956, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, e176656, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura**. Campina Grande: UEPB, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura**. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

Declaração de uso de Inteligência Artificial Generativa (IAG): A elaboração e a organização textual deste resumo contaram com o apoio da ferramenta de Inteligência Artificial Generativa Claude (Anthropic). A revisão crítica do conteúdo, a validação das informações, os ajustes e a responsabilidade intelectual pelo trabalho são de inteira responsabilidade das autoras.

